



Dólar	Últimos
29/maio	5,042
1/junho	5,022
2/junho	5,009
3/junho	5,066



Inflação	IPCA do IBGE (em %)
Dezembro/2025	0,33
Janeiro/2026	0,33
Fevereiro/2026	0,70
Março/2026	0,88
Abril/2026	0,67

CONJUNTURA

Tarifa dos EUA pode provocar efeito dominó

Economistas alertam que as consequências podem ultrapassar o comércio exterior, pressionando câmbio, juros, inflação e atividade econômica. Impacto final dependerá das negociações previstas para ocorrer até 15 de julho

» RAFAELA GONÇALVES

A ameaça do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de impor tarifas de até 25% sobre produtos brasileiros pode gerar efeitos que vão além da balança comercial. Para economistas, o principal risco para o Brasil não está apenas em uma eventual redução das exportações, mas na possibilidade de um choque de confiança capaz de afetar câmbio, inflação, juros e investimentos.

A justificativa da Casa Branca envolve alegações de práticas brasileiras que prejudicariam empresas norte-americanas, incluindo decisões relacionadas ao comércio digital e aos serviços de pagamento, barreiras ao etanol, tarifas preferenciais concedidas a outros países e supostas falhas em políticas de combate à corrupção.

A medida, de caráter provisório, ficará em consulta pública até julho, antes de uma eventual adoção definitiva. Para evitar desabastecimento no mercado americano, o pacote prevê uma ampla lista de exceções. Do ponto de vista econômico, a estimativa é que as barreiras atinjam cerca de US\$ 10 bilhões em exportações, elevando a tarifa efetiva incidente sobre produtos brasileiros para perto de 18%.

Para André Matos, CEO da MA7 Negócios, o aspecto técnico mais relevante é justamente essa relação de isenções, distribuída em 73 páginas, que preserva segmentos importantes da economia brasileira. Entre os itens excluídos da taxa estão aeronaves civis — beneficiando diretamente a Embraer —, além de medicamentos, fertilizantes, terras raras, suco de laranja e café.

Na avaliação do executivo, a configuração inicial reduz o impacto sobre uma parcela significativa das exportações brasileiras para os Estados Unidos. “Boa parte do que o Brasil exporta para os Estados Unidos, especialmente do agronegócio e da indústria aeronáutica, está protegida nesse desenho inicial”, afirma. “O efeito real concentra-se em aço, alumínio, carne bovina, calçados e têxteis”, acrescenta.

Para Roberto Simioni, economista-chefe da Blue3 Investimentos, um eventual tarifajo não deve ser interpretado como um choque homogêneo sobre a economia brasileira. O impacto, segundo ele,

tende a variar entre os setores e dependerá do alcance das medidas, das exceções concedidas e do espaço para negociações diplomáticas.

“A possibilidade de o Brasil ser tarifado em 25% pela administração Trump opera menos como um choque uniforme de comércio e mais como um choque de incerteza com assimetria setorial, cuja intensidade final dependerá do escopo, das exceções e da possibilidade de negociação política”, avalia.

Segundo Simioni, a primeira reação ocorre nos mercados financeiros, que antecipam a redução das margens das exportadoras e das vendas aos EUA antes dos impactos na economia real. “O mercado tende a precificar primeiro o risco de compressão de margens e a queda de volumes nas exportações mais expostas, depois o efeito indireto sobre o câmbio, juros, inflação e múltiplos acionários no Brasil”, explica.

Os segmentos mais vulneráveis seriam aqueles com forte dependência do mercado americano e menor capacidade de redirecionar vendas para outros destinos. Nesses casos, a tarifa funcionaria como um custo adicional difícil de ser repassado integralmente ao consumidor final.

“Quando a elasticidade-preço da demanda é alta, a tarifa não é totalmente repassável ao importador americano. Portanto, parte do ajuste recai sobre o exportador brasileiro via desconto de preço, compressão de margem e, em alguns casos, perda de participação de mercado para concorrentes de outros países”, destaca.

Nas commodities, porém, o efeito tende a ser diferente. Por serem negociadas em mercados mais amplos e com maior possibilidade de redirecionamento das vendas, o impacto direto pode ser menor. Ainda assim, Simioni avalia que um aumento da oferta doméstica poderia pressionar os preços internos no curto prazo.

“Em commodities mais fungíveis, o ajuste tende a aparecer menos como uma queda seca do comércio bilateral e mais como uma realocação geográfica das vendas, com pressão de curto prazo sobre os preços internos no Brasil se houver excesso de oferta doméstica”, afirma.

Câmbio e juros

Além do canal comercial, o economista destaca os riscos

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Estimativa é que as barreiras comerciais atinjam cerca de US\$ 10 bilhões em exportações, embora o pacote inclua uma ampla lista de exceções

financeiros e macroeconômicos associados à medida. Uma deterioração das expectativas para as exportações brasileiras poderia aumentar a volatilidade cambial e elevar a percepção de risco do país. “Uma medida dessa natureza eleva o prêmio de risco do Brasil a partir da piora do saldo comercial esperado, pelo aumento da volatilidade cambial e pela reprecificação da política monetária, caso a depreciação do real contamine a inflação via bens comercializáveis”, diz Simioni.

Segundo ele, o mercado já começou a reagir à possibilidade de novas barreiras comerciais dos Estados Unidos. “Até o momento, a reação do mercado foi de depreciar a moeda, venda de ações expostas ao comércio exterior e abertura do

prêmio dos juros longos”, observa.

Na prática, explica Simioni, o receio é que uma eventual desvalorização do real aumente as pressões inflacionárias, reduzindo o espaço para cortes de juros ou até exigindo uma postura mais restritiva do Banco Central. “O câmbio reage porque o mercado antecipa menor entrada líquida de dólares por exportação e maior incerteza regulatória. A bolsa reage por revisão de lucro e aumento da taxa de desconto, enquanto a curva de juros incorpora o risco da autoridade monetária precisar ser mais restritiva caso haja repasse cambial para a inflação”, diz.

Há também um componente de equilíbrio geral, observa o economista-chefe da Blue3

Investimentos. Segundo ele, o redirecionamento dos fluxos comerciais pode beneficiar países concorrentes e, em alguns casos, reduzir o preço de insumos no mercado brasileiro diante de um excesso de oferta. “Isso significa que o efeito líquido sobre o PIB pode ser menor do que o impacto bruto sobre as exportações, mas maior do que o investidor inicialmente imagina por causa da interação entre margem, câmbio e confiança”, ressalta.

Negociação

Apesar das incertezas, o cenário-base ainda é de negociações até 15 de julho, com possibilidade de um acordo parcial ou da

ampliação da lista de isenções. Na avaliação da MAG Investimentos, embora o impacto macroeconômico agregado tenda a ser limitado pela resiliência comercial do Brasil, alguns segmentos deverão sentir os efeitos de forma mais intensa. “Politicamente, a decisão volta a tensionar as relações diplomáticas, mesmo após a recente visita do presidente Lula à Casa Branca”, afirma a instituição.

O formato final da taxaço, contudo, ainda pode sofrer alterações. “O governo brasileiro continuará atuando pelos canais diplomáticos e técnicos durante o período de audiências nos Estados Unidos para mitigar os impactos da proposta e defender os interesses das exportações nacionais”, diz a nota.



Cenário reflete apostas de manutenção ou alta dos juros nos EUA

Dólar dispara e bolsa afunda

O dólar disparou no mercado brasileiro ontem, acompanhando o fortalecimento da moeda americana no exterior após dados robustos de emprego nos Estados Unidos reforçarem as apostas de manutenção ou até de alta dos juros pelo Federal Reserve ainda neste ano. A moeda norte-americana encerrou o dia em alta de 1,78%, cotada a R\$ 5,1572, na máxima da sessão e no maior nível de fechamento desde 2 de abril.

Na primeira semana de junho, o dólar acumula valorização de 2,27% frente ao real, após avançar 1,82% em maio. No ano, porém, a

moeda americana ainda registra queda de 6,04% em relação à divisa brasileira. Apesar da pressão recente, o real segue entre as três moedas mais líquidas com melhor desempenho em 2026, entre países desenvolvidos e emergentes.

O movimento foi acompanhado pelo avanço global do dólar. O índice DXY, que mede o desempenho da moeda americana frente a uma cesta de seis divisas fortes, superou os 100 pontos pela primeira vez desde abril e acumula alta de cerca de 1,8% no ano.

Segundo Chris Turner, chefe de estratégia de mercados do ING, o

fortalecimento do dólar começa a reduzir a atratividade das operações de carry trade com o real. Ainda assim, ele avalia que a moeda brasileira tende a encontrar suporte caso não haja uma disparada adicional dos rendimentos dos Treasuries, favorecida pelos juros domésticos elevados e pela posição do Brasil como exportador líquido de petróleo.

Ibovespa

O Ibovespa também aprofundou as perdas e voltou a fechar abaixo dos 170 mil pontos pela primeira vez desde 20 de janeiro, em um

pregão marcado pela reavaliação das expectativas para a política monetária americana após o payroll vir acima do esperado e reforçar a percepção de juros elevados por mais tempo nos Estados Unidos.

A piora ganhou força ao longo da tarde, acompanhando uma forte onda de vendas em Wall Street, onde o Nsdaq chegou a cair mais de 4%, pressionado principalmente por ações dos setores de semicondutores e inteligência artificial. O Ibovespa encerrou o dia em queda de 0,77%, aos 169.019,12 pontos, acumulando perda de 2,74% na semana. (Agência Estado)